

O que falta no debate eleitoral sobre segurança pública



» JOAQUIN GONZALEZ-ALEMAN
Representante do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) no Brasil

compromisso público para não perder mais nenhuma criança para a violência. Qualquer violência: não importa se é a que acontece dentro de casa, muitas vezes praticada por familiares ou pessoas próximas, ou a que acontece na tela dos celulares, ou a que acontece nas ruas, como consequência da violência armada, da criminalidade, das intervenções das forças de segurança, do racismo ou da misoginia.

Para isso, é fundamental que as candidatas e os candidatos à Presidência e aos governos estaduais se comprometam a criar e colocar em prática uma Política Nacional de Prevenção de Violências contra Adolescentes.

Essa política deve focar nos mais impactados, os meninos negros, de periferia, e articular resposta e prevenção, envolvendo não só a pasta de segurança pública, mas as de educação, trabalho, saúde, assistência social e direitos humanos, com uma governança clara e um orçamento próprio.

O objetivo deve ser garantir, especialmente às crianças e aos adolescentes em maior risco, o acesso pleno a direitos, oportunidades e serviços, além de contar com mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas que forem implementadas, de modo a produzir evidências sobre seus resultados. E, paralelamente, investigar e responsabilizar os autores de violência, garantindo a Justiça.

Só assim, iremos combater o ciclo vicioso em que milhares de meninos e meninas são submetidos à pobreza, ao racismo e às violências; abandonam a escola; não têm oportunidades dignas de trabalho ou de desenvolvimento; e terminam mortos ou encarcerados.

Para o âmbito da violência doméstica, e principalmente para a primeira infância, o compromisso dos candidatos deve ser o de apoiar as famílias. Mães, pais, avós e outros cuidadores precisam ser orientados a criar crianças sem recorrer à violência. Isso não significa ausência de limites ou disciplina, mas uma forma de educar sem agressão, garantindo proteção, vínculo e desenvolvimento saudável. Famílias devem, também, ser orientadas para saber reconhecer e o que fazer se descobrirem que a criança foi vítima de agressões sexuais, psicológicas ou físicas. E a Justiça deve atuar para apoiar as vítimas e responsabilizar os agressores.

Esse apoio não deve ficar apenas nas palavras. Ele deve ser integrado nas principais políticas nacionais e estaduais de primeira infância, cuidados, assistência social e enfrentamento às violências, em um compromisso de candidatos e candidatas com uma parentalidade mais proativa e o cuidado com as crianças.

E, claro, essas promessas precisam ser feitas durante as eleições e concretizadas depois delas, além de refletidas no planejamento orçamentário dos governos eleitos.

Não priorizar as crianças no debate de segurança pública custa às famílias, ao Estado e aos próprios meninos e meninas. Em 2026, colocar a infância no centro do debate sobre violência é urgente e indispensável, e deve ser um compromisso de cada candidato e candidata para rompermos os ciclos das violências, garantir o desenvolvimento pleno das crianças e trazer mais prosperidade para o Brasil.

Um paradoxo marca as eleições brasileiras: crianças estão em todo lugar, em slogans, imagens e discursos, mas nem sempre aparecem efetivamente na disputa eleitoral. Isso é especialmente verdade no debate sobre segurança pública, que é hoje a principal preocupação dos eleitores. Por quê?

A violência preocupa os brasileiros mais do que a corrupção, a saúde ou a economia, segundo pesquisa recente da Genial/Quaest. E não há dúvida de que meninos e meninas são os mais impactados por essa insegurança.

Nas últimas décadas, o Brasil avançou na garantia de direitos como saúde e educação, mesmo diante de profundas desigualdades. O Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) acompanhou e contribuiu com essa jornada desde 1950, quando chegamos ao país, trabalhando junto à União, estados e municípios, ao lado do setor privado, da sociedade civil e das próprias crianças e adolescentes. Mas vimos também que uma agenda segue se agravando no Brasil: a violência contra meninas e meninos, dentro e fora de casa.

Dito isso, e a quatro meses das eleições, é urgente que candidatos e candidatas assumam um

Caio Gomez



Batalha pelo desenvolvimento



» MARCELLO AVERBUG
Consultor econômico em Washington, ex-professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), economista aposentado do BNDES e ex-economista do BID

desfrutada pela maioria dos habitantes de Estados Unidos, Europa Ocidental e Canadá? c) O trajeto percorrido pelo nosso país assemelha-se ao seguido pelos de intenso crescimento recente?

As óbvias respostas a essas perguntas sugerem a necessidade de um esforço nacional de autocrítica. Este artigo não pretende explicar as causas da performance brasileira, o que demandaria a elaboração de um livro, mas, sim, limita-se a refletir sobre expectativas quanto ao futuro.

Tendo em vista que as elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) registradas durante os tempos da substituição de importações não mais foram igualadas, deduz-se que, no século 21, o dinamismo da economia passou a depender de ingredientes mais complexos do que os utilizados no passado, vinculados a um estilo de políticas públicas jamais implementado.

Além dos condicionantes de caráter conjuntural, tais como equilíbrio fiscal, dívida pública, inflação, taxa de juros e contas externas, as perspectivas do Brasil também dependem de fatores estruturais jamais priorizados. Refiro-me a temas como cabisbaixa qualidade da educação básica, acentuada inequidade social, insuficiente poupança interna, débil investimento em ciência e tecnologia, reduzida competitividade, raquítica capacitação profissional, burocracia pouco estimulante ao investimento privado, infraestrutura defasada etc.

É incorreto atribuir essa crônica desatenção apenas aos sucessivos governos, mas, sim, reconhecer que, historicamente, a sociedade brasileira como um todo se absteve de reivindicar o combate aos constrangimentos estruturais ao desenvolvimento econômico e social.

Como resultado do cenário descrito, o país encontra-se distante daqueles que lograram enfático salto em seus status econômicos há relativo pouco tempo, tais como China, Coreia do Sul e Taiwan. Em realidade, o Brasil não conseguiu inserir-se satisfatoriamente nos fluxos mais vantajosos do mercado internacional, nem forjou um mercado consumidor interno com dimensão capaz de propiciar elevadas taxas de expansão do PIB.

Um indicador que reflete a influência dos condicionantes ao desenvolvimento é a taxa de investimento, isto é, o percentual do PIB ocupado pela formação bruta de capital fixo. O nível dessa taxa no país, de 16,8% em 2025, é inferior à média verificada mundialmente e até mesmo à da América Latina, excluído o Brasil.

Vale destacar ainda o preocupante fato de que o investimento em ciência e tecnologia no Brasil flutua em torno de 1,13% do PIB, em contraste com, aproximadamente, 4,9% em Israel, 4,6% na Coreia do Sul e 3,5% em Taiwan. Esse ramo de atividade em nosso país vem participando com apenas pouco mais de 3,0% do investimento total, enquanto na Coreia do Sul beira a 16,0%.

Enfim, ao longo de inúmeras décadas o Brasil não aproveitou satisfatoriamente as oportunidades oferecidas pelos contextos mundial e doméstico. Como consequência, embora o avanço verificado tenha sido significativo, sua dimensão ainda permanece insuficiente para incluir o país no clube dos desenvolvidos. Quanto ao futuro, resta torcer para que a nação brasileira embarque nas próximas ondas de oportunidades que surgirem e, assim, alcance o almejado padrão de prosperidade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Distrito Federal sem herdeiros políticos

Brasília foi concebida como símbolo de um Brasil novo, racional e capaz de planejar o próprio destino. Sete décadas após sua fundação, a capital da República assiste, perplexa, ao esfacelamento daquele ideal diante de uma crise que é, ao mesmo tempo, financeira, política e moral. A emancipação representativa do Distrito Federal, vendida à população como conquista democrática, revelou, com o tempo, sua face mais sombria: a de um arranjo que servia, antes de tudo, às lideranças locais e ao poder do capital.

Nesse contexto, a democracia tornou-se fachada. O que se instalou nos corredores do Buriti foi uma gestão que misturou interesses públicos e privados com uma naturalidade que deveria nos alarmar há muito. Hoje, o desfecho do caso Banco Master tem o poder de arrastar para a vala comum boa parte das lideranças políticas do DF e todos aqueles que assinaram, sem qualquer escrúpulo aparente, a documentação que atrelava o futuro do BRB, banco público, patrimônio do cidadão brasileiro, às peripécias financeiras do grupo de Vorcaro.

Assinaturas que comprometeram o dinheiro público não podem ficar impunes. A responsabilidade dolosa precisa ter endereço certo. Não é possível ignorar o risco, já evidente, de que manobras nas altas cúpulas do poder transformem todo o caso Master num labirinto jurídico inconcluso. Seria uma tragédia anunciada: mais um megascândalo do sistema financeiro nacional engolido pelo aparelho do Estado que deveria combatê-lo.

Vale lembrar que o sistema financeiro brasileiro é um ser extraordinariamente resiliente, sobretudo na sua capacidade de prosperar independentemente de quem governa. Entra governo, sai governo, e os lucros astronômicos permanecem. E quando a conta chega, ela é invariavelmente depositada no colo da população. Não é incomum ouvir, nos meios políticos e financeiros, a defesa de que crises do porte do caso Master exigem uma nova reforma do sistema financeiro nacional. É possível que algum iluminado, ali à frente, se convença disso. Mas a história nos ensina a desconfiar: reformas gestadas no seio das mesmas elites que produziram o problema raramente mudam o essencial.

As próximas eleições para o governo do Distrito Federal se aproximam marcadas por um elemento inédito: a possibilidade real de que nomes centrais da política local sejam, neste momento, alvo de investigações sobre sua cumplicidade no caso Master. O espectro da responsabilização paira sobre o campo político como nunca antes. Nenhum nome consolidado ocupa, com conforto, o espaço de favorito. Os partidos que controlam o Buriti e a Câmara Legislativa do DF carregam o peso de explicações que ainda não deram. E a oposição, fragmentada e sem liderança clara, tem dificuldade de transformar o escândalo em projeto. O campo político do DF enfrenta sua maior crise de legitimidade desde a fundação.

Há uma lição que esse e tantos outros escândalos tentam, sem sucesso, ensinar às instituições brasileiras: os estragos causados por más gestões políticas e financeiras não podem, em hipótese alguma, ser debitados nas costas da população. A conta deve ser cobrada exclusivamente de quem agiu dolosamente. Mas tudo indica, mais uma vez, que será o cidadão comum a arcar com as consequências. Seja por meio da deterioração dos serviços públicos que deveriam ser financiados pelo BRB, seja pelo custo oculto de uma crise de credibilidade que afasta investimentos e encarece o crédito para quem mais precisa.

Diante desse quadro, é preciso ir além dos diagnósticos já conhecidos. Surge a tese de que o acesso direto de políticos aos recursos públicos precisa ser estruturalmente vedado. Não se trata de ceticismo antipolítico, mas de realismo institucional: dadas as características demonstradas por nossas lideranças ao longo de décadas, controles mais rígidos, acesso de informações de emendas pelos contribuintes para acompanhamento de todo o trâmite, auditoria independente e separação efetiva entre o político e o financeiro não são luxo, são condição de sobrevivência das instituições democráticas.

Brasília merece mais do que os gestores que têm tido. Merece mais do que um sistema financeiro capturado por interesses privados. Merece mais do que eleições decididas pela amnésia coletiva ou pela ausência de alternativas. O caso Master não é apenas um escândalo bancário. É um espelho. E o que ele reflete é desconfortável demais para ser ignorado nas urnas. O cidadão brasileiro terá, nas próximas eleições, uma oportunidade rara: a de exigir responsabilidade antes, e não apenas lamentar a ausência dela depois. Primeiro, passa a capital a limpo. Depois, pensar em eleições. É o futuro da população que está em jogo, e isso é o que mais importa.

A frase que foi pronunciada:

"Obrigam um homem a subsidiar com seus impostos a propagação de ideias nas quais ele não acredita e que abomina é pecaminoso e tirânico."

Thomas Jefferson

História de Brasília

O Rotary Club de Brasília realizou um grande trabalho de colaboração aos planos do presidente da República. Endeçou ao sr. João Goulart, por intermédio de seu porta-voz deputado Milton Reis, uma série de sugestões em benefício de Brasília. Sugeriu colocar à venda, pela Novacap, os terrenos para a edificação dos 50 blocos residenciais previstos na última concorrência, para construção, financiada, pela iniciativa privada. (Publicado em 20/5/1962)